O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Este curso irá abordar os conhecimentos teóricos do Direito Eleitoral em um contexto prático e complementar à formação dos alunos, aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil de operadores do Direito Eleitoral, diferenciado, atualizado e especializado e a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada.

OBJETIVO

Especializar em Processo Eleitoral Brasileiro com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral, considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Eleitoral.

METODOLOGIA

Concebe o curso **O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO**, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais de educação que atuam ou pretendem atuar na área.

Código	Disciplina	Carga Horária
523	**O Processo Eleitoral Brasileiro**	**15**

APRESENTAÇÃO

Introdução Dos Estudos Acerca Do Processo Eleitoral Brasileiro; O Registro De Candidatos Para As Eleições Brasileiras; A Propaganda Partidária; A Propaganda Intrapartidária; A Propaganda Política E Eleitoral; Prazo Inicial Da Propaganda; Da Propaganda Extemporânea; Modalidades De Propaganda Eleitoral; Os Princípios E Fundamentos Relativos Ao Direito De Resposta; Análise Acerca Das Pesquisas Eleitorais; O Peso Das Pesquisas Eleitorais; Contas, Informações E Influências; Interpretação; Mercado E Política; A Arrecadação E A Prestação De Contas Das Campanhas Eleitorais; A Arrecadação Recursos Para As campanhas Eleitorais; Da Prestação De Contas; O Processo Eleitoral Como Instrumento Para A Democracia; O Modelo De Democracia Constitucional No Brasil; O Processo Eleitoral E A Democracia No Brasil; Sistema Eleitoral E Democracia; Os Modelos De Sistema Eleitoral; Democracia, Constituição E Eleições: O Momento Brasileiro.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em Processo Eleitoral Brasileiro com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral,

considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Eleitoral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Inserir os conhecimentos teóricos do Direito Eleitoral em um contexto prático e complementar à formação dos alunos; • Buscar o aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil de operadores do Direito Eleitoral, diferenciado, atualizado e especializado; • Contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Processo Eleitoral Brasileiro; O Registro De Candidatos Para As Eleições Brasileiras; A Propaganda Partidária; A Propaganda Intrapartidária; A Propaganda Política E Eleitoral; Prazo Inicial Da Propaganda; Da Propaganda Extemporânea; Modalidades De Propaganda Eleitoral; Os Princípios E Fundamentos Relativos Ao Direito De Resposta; Análise Acerca Das Pesquisas Eleitorais; O Peso Das Pesquisas Eleitorais; Contas, Informações E Influências; Interpretação; Mercado E Política; A Arrecadação E A Prestação De Contas Das Campanhas Eleitorais; A Arrecadação Recursos Para As campanhas Eleitorais; Da Prestação De Contas; O Processo Eleitoral Como Instrumento Para A Democracia; O Modelo De Democracia Constitucional No Brasil; O Processo Eleitoral E A Democracia No Brasil; Sistema Eleitoral E Democracia; Os Modelos De Sistema Eleitoral; Democracia, Constituição E Eleições: O Momento Brasileiro.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Tribunal Superior Eleitoral. Código eleitoral anotado e legislação complementar. 10 ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Lei n. 9.096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3°, inciso V, da Constituição Federal. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2011. ZÍLIO, Rodrigo López. Direito eleitoral: noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade; ações eleitorais; processo eleitoral. 3 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Manual das Eleições. São Paulo: Saraiva, 2006. CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. Bauru (SP): Edipro, 2006. CONEGLIAN, Olivar. Propaganda eleitoral: de acordo com o Código Eleitoral e com a lei 9.504/97, modificada pelas leis 9.840/99, 10.408/02, 10.740/03, 11.300/06 e 12.034/09. 10. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010. COSTA, Adriano Soares da. Instituições de direito eleitoral. 7 ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. DANTAS, Edmundo Brandão. Marketing político: técnicas e gestão no contexto brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010. XIII. LIMA, Sídia Maria Porto de. Prestação de contas e financiamento de campanhas eleitorais. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2009. LINS, Newton. Propaganda eleitoral: comentários jurídicos. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. MIRANDA, Sérgia. Propaganda eleitoral: doutrina, comentários à Resolução 21.610/2004 do TSE, Jurisprudência. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004. PINTO, Djalma. Direito Eleitoral – Anotações e temas polêmicos. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000. _____. Direito Eleitoral - Improbidade Administrativa e Responsabilidade Fiscal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de comunicação. 3. ed. nova ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, c2002. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 11 ed., rev., ampl. e atual. com a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa). Niterói: Impetus, 2011. [xvii]. SILVA, Antônio Hélio. Considerações sobre o processo eleitoral brasileiro de seus procedimentos. Belo Horizonte: TRE-MG, 2004. SILVA, Luciano Olavo da. Direito Eleitoral: manual objetivo para provas e concursos. Curitiba: Juruá, 2012.

PERIÓDICOS

TSE. Marketing e propaganda eleitoral – bibliografia selecionada. Brasília: TSE, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Resolução n. 21.841, de 22 de junho de 2004. Disciplina a prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas especial.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, ou seja, 60% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Alunos concluintes do ensino médio; Estudantes de graduação e pós graduação; Educadores e pessoas interessadas pelo tema proposto.